

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária da Comissão Municipal de Prevenção e
2 Erradicação do Trabalho Infantil do Município de Santos – CM-PETI. Aos nove dias
3 do mês de abril de 2026, às nove horas, deu-se início à reunião realizada por meio
4 de videoconferência, no endereço eletrônico: [[https://meet.google.com/dpd-mrha-](https://meet.google.com/dpd-mrha-qwn)
5 [qwn](https://meet.google.com/dpd-mrha-qwn)](<https://meet.google.com/dpd-mrha-qwn>), cuja lista de presença encontra-se
6 em anexo. A Sra. Sandra Santos iniciou a reunião com acolhimento dos participantes
7 e confirmação da pauta conjunta entre a CM-PETI e o GT da Aprendizagem. Também
8 houve verificação quanto ao recebimento da ata anterior e esclarecimento de que a
9 ata a ser aprovada correspondia ao mês de fevereiro, ficando a ata de março sob
10 responsabilidade da Sra. Raquel Cuellar, em razão da condução da atividade
11 realizada no Instituto Elos. **1. Devolutiva da atividade presencial no Instituto**
12 **Elos:** Os participantes destacaram positivamente o encontro presencial, ressaltando
13 a qualidade das trocas, o fortalecimento dos vínculos e a participação ampliada de
14 trabalhadores, serviços e conselhos que normalmente não participam das reuniões
15 virtuais. Também foi apontada a baixa participação de adolescentes e famílias,
16 público inicialmente previsto para a atividade, sendo discutida a necessidade de
17 readequação metodológica e aprofundamento do debate acerca da subnotificação
18 do trabalho infantil. Durante as discussões, foram levantadas reflexões acerca dos
19 limites conceituais do trabalho infantil, incluindo situações relacionadas ao
20 ambiente digital e atividades informais desenvolvidas por crianças e adolescentes.
21 Os participantes sugeriram a realização periódica de reuniões presenciais, em
22 periodicidade bimestral ou trimestral, considerando os resultados positivos obtidos
23 no encontro presencial. **2. Proposta de atuação junto aos serviços de**
24 **convivência:** A Sra. Luísa sugeriu o repensar da proposta inicialmente apresentada,
25 trazendo como referência experiências territoriais como a peça teatral desenvolvida
26 no Morro Santa Maria. Foi debatida a necessidade de adaptação das metodologias
27 conforme as características dos territórios e priorização inicial da escuta das
28 equipes técnicas e dos adolescentes antes da execução de ações diretas. A Sra.
29 Gabriela, profissional do CRAS Nova Cintra, apresentou aspectos do território do
30 Morro Santa Maria, destacando o contexto de violência, tráfico e evasão escolar. A
31 equipe reafirmou o objetivo de desenvolver ações socioeducativas cooperativas ao
32 longo do ano, com foco no fortalecimento das equipes técnicas e na promoção de
33 estratégias de enfrentamento ao trabalho infantil e fortalecimento do trabalho

34 protegido. O grupo deliberou pela necessidade de reorganização da proposta inicial,
35 priorizando a qualificação das equipes técnicas e a escuta territorial antes das
36 atividades junto às crianças, adolescentes e famílias. Ficou encaminhada a cobrança
37 junto aos serviços de convivência para definição dos serviços-piloto e agendamento
38 das atividades. **3. Articulação intersetorial e curso formativo:** Foi apresentada
39 proposta de articulação entre o CM-PETI, CMAS e equipe de pesquisa vinculada ao
40 decreto relacionado às políticas de enfrentamento ao trabalho infantil. Foi sugerido
41 que Sandra Santos articulasse reunião entre os diversos atores envolvidos,
42 incluindo representantes da promotoria, assistência social e área do trabalho.
43 Também foi apresentada proposta de curso formativo voltado às práticas
44 intersetoriais, trazendo referências de experiências realizadas em outros
45 municípios e estados. Deliberou-se pela constituição de grupo reduzido composto
46 por representantes das secretarias e da sociedade civil para organização do curso e
47 mobilização dos participantes, havendo previsão de turmas nos meses de junho e
48 agosto. **4. Apresentação dos dados do serviço de abordagem social:** As Sras.
49 Luísa e Raquel realizaram apresentação dos dados referentes ao serviço de
50 abordagem social de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil no
51 município durante o ano de 2025. Foram registradas 1.280 abordagens e
52 identificadas 349 crianças e adolescentes, evidenciando reincidência em diversos
53 casos. Destacou-se que a maior parte das abordagens ocorreu na macrozona leste
54 da cidade e que parcela significativa dos abordados reside em outros municípios da
55 Baixada Santista, especialmente São Vicente. Os dados apresentados apontaram
56 predominância de adolescentes do sexo masculino e elevada ausência de
57 informações relacionadas à raça/cor, em razão da ausência de autodeclaração
58 inicial. As práticas mais recorrentes identificadas envolveram comércio ambulante
59 e solicitação de dinheiro em vias públicas. Durante os debates, discutiram-se
60 limitações operacionais do serviço de abordagem, especialmente em razão da
61 equipe reduzida e da impossibilidade de atendimento na área continental. Também
62 foi ressaltado o crescimento de famílias ocupando vias públicas desde os anos de
63 2018 e 2019, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas de proteção
64 social e geração de renda. **5. Campanha de combate ao trabalho infantil:** Debateu-
65 se a reinstalação de faixas antigas de combate ao trabalho infantil encontradas na
66 Secretaria, ficando a equipe responsável por indicar os melhores pontos para

67 afixação, considerando os locais de maior incidência identificados pelo serviço de
68 abordagem. Também houve consenso quanto à necessidade de alinhamento do
69 material às diretrizes da campanha nacional, evitando mensagens que possam gerar
70 estigmatização das famílias. **6. Proposta de pré-aprendizagem:** Foi apresentada
71 proposta de pré-aprendizagem financiada pelo fundo municipal, com aporte do
72 Ministério Público do Trabalho, visando futura elaboração de edital para execução
73 por entidades formadoras, com foco na preparação dos adolescentes para o trabalho
74 protegido e fortalecimento da rede intersetorial de atendimento. Foram
75 compartilhadas experiências regionais já desenvolvidas e debatidas possibilidades
76 de financiamento, bolsas de incentivo e acompanhamento social dos adolescentes
77 participantes. **7. Assuntos gerais:** Deliberou-se pelo agendamento de reunião com
78 Cinthia para apresentação de novos dados relacionados à assistência e ao
79 cumprimento das cotas de aprendizagem. Sandra Santos comprometeu-se a
80 compartilhar gravações, materiais e contatos necessários ao apoio da coordenação
81 e elaboração da ata. Também foi registrada preocupação com o esvaziamento da
82 participação de entidades parceiras e os impactos desse cenário na governança das
83 ações desenvolvidas pela comissão. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi
84 encerrada após os agradecimentos e despedidas dos participantes.